

## Amazonas – Caminhos para o Desenvolvimento

Nilson Pimentel (\*)

28/7/2017

Tem-se ouvido sistematicamente quando se discute o desenvolvimento econômico do Amazonas, principalmente com economistas e pesquisadores no Clube de Economia da Amazônia (CEA), por que ainda não se encontrou um caminho próprio de desenvolvimento? Enquanto outros estados do Brasil em situação econômica até em menor grau que o Amazonas, já começaram a trilhar seus próprios caminhos, quer na indústria, quer no agronegócio, quer nos serviços, todos, no entanto, em processos endógenos de desenvolvimento.

Sem embargo de outras abordagens, a pior crise econômica que o capitalismo brasileiro passa se deveu a forma de governo que se instalou no Brasil nesses últimos 15 anos, primeiramente levado à armadilha econômica mundial por um crescimento quase ‘artificial’ da economia chinesa e excelente crescimento da demanda por commodities primárias, os governos que passaram, sem nenhum planejamento estratégico e com a voracidade de se implantar um socialismo às avessas, tornaram-se perdulários e, indevidos na falta de discernimento na aplicabilidade de Política Econômica, pretendendo alcançar certa igualdade social sem bases na produtividade da indústria que sustenta quaisquer sistemas de criação de riquezas no capitalismo moderno.

A conjugação partidária que governou o Brasil desde 2002 fez com que se chegasse a esse estado de caos que se vive atualmente, levando a economia brasileira ao nível mais baixo da curva de possibilidades de produção da História Econômica recente, desemprego recorde de 14 milhões, Produto Interno Bruto (PIB) negativo, déficit primário brutal tornando o sistema de contas nacionais em total desequilíbrio, elevada taxa de juros (SELIC 9,25%), mesmos que a taxa inflacionária esteja relativamente em baixa, haja vista a queda do consumo, abordagem pelo viés das unidades familiares endividadas e sem renda regular, a taxa cambial brasileira ainda está muito valorizada, em face da baixa atividade industrial, sem taxa mínima de produtividade, elevada carga tributária, principalmente sobre a produção, seus fatores e o consumo.

Tudo isso arrastou as economias dos estados federados as dificuldades que se encontram e algumas em processo falimentar, como o estado do Rio de Janeiro, outras com pires na mão frente ao governo federal, sem que tenham a reciprocidade adequada, quanto às contribuições de recolhimento tributário ao erário federal.

No estado do Amazonas a situação anda em processo de agravamento, como costumam se posicionar os especialistas do CEA, a falta de governança da gestão pública é grave, provocada por uma forma de gestão do atraso que está implantada no estado desde a década de 80, do século passado, influenciando para o estagio de estagnação que grassa nos municípios amazonenses.

Além disso, a economia amazonense afetada pelo baixo desempenho das atividades econômicas da indústria dinâmicas do Polo Industrial de Manaus (PIM), que a mantém refém economicamente, com tendências do agravamento regional na qual o desemprego no setor industrial já ultrapassa a perda de 35 mil postos de trabalho e respectiva queda no faturamento, obrigando todo PIM ao reordenamento de plano estratégico de produção e seus fatores.

Entretanto, como observam os economistas do CEA, há total descoordenação estadual quanto às estratégias de enfrentamento da crise no Amazonas, de um lado o governo estadual temporário, sem credibilidade e sem forças regimentais para tomada de quaisquer atitudes e ações, de outro lado, a classe política toda alvoroçada com o processo eleitoral complementar, se digladiando entre si “pensando” apenas no fisiologismo de serem eleitos para além de 2018, sem nenhum compromisso com o desenvolvimento econômico do Amazonas, mas prometendo mais do mesmo, ou seja, aquela forma de gestão do atraso praticada a mais de 37 anos, que esse grupo de políticos se revesam na gestão pública do estado e na cidade de Manaus.

Isto sem contar com a total ausência de participação do governo federal quanto a programas e projetos voltados

ao desenvolvimento econômico da Amazônia.

Por sua vez, a classe empresarial e os representantes prepostos das indústrias do PIM, proliferam-se em críticas quando poderiam arregimentar forças, tanto no combate aos insidiosos que articulam infundadas asneiras nas mídias nacionais articuladas contra o projeto Zona Franca de Manaus (ZFM) e aos ataques revestidos em procedimentos legais que, de vez em quando, saem do próprio Legislativo Nacional contra o arcabouço constitucional da ZFM.

Também, em recente noticiário local, tendo como pano de fundo as ditas reformas previdenciária e trabalhista, certo dirigente empresarial assacou críticas sobre o encarecimento da mão de obra do PIM e do "custo amazonas" que pode se elevar até 15%, com relação ao custo da mão de obra em outras regiões do Brasil, declarando que esses custos são gerados em contrapartida da Política dos Incentivos Fiscais do ICMS – Lei nº 2.826/2003 e Regulamento Decreto nº 23.994/2003) – do governo do Amazonas que concede às indústrias instaladas no PIM e, pasmem! pode chegar a comprometer ou por em risco as atividades de algumas empresas aqui instaladas.

Torna-se preocupante com essa maneira de analisar os Incentivos Fiscais do ICMS concedidos pelo Governo do Amazonas por parte da classe empresarial que tanto se beneficia deles e, como se posicionam os especialistas do CEA afirmando ser, no mínimo, miopia econômica daqueles que nada tem a acrescentar as forças sociais que lutam para o desenvolvimento econômico do Amazonas.

Declarar que o Amazonas exige das empresas incentivadas algum absurdo chega a ser demais..., saiba que esse diploma legal se alicerça na Constituição Estadual do Amazonas, em seus artigos 8º e 212, em respeito aos cidadãos amazonenses que concedem tais benefícios fiscais aos investimentos produtivos que aqui aportam, em nada oneram os custos das empresas beneficiárias desses incentivos Fiscais, pelo contrário adequam-se a prática na indústria em todo o Brasil.

No entanto, feitas essas críticas, eles próprios são de acordo que os Incentivos Fiscais concedidos pelo Governo do Amazonas são vantajosos para as atividades industriais do PIM, valendo ressaltar que esses mesmos benefícios sociais concedidos à mão de obra operaria industrial são os mesmos concedidos aos operários de outras regiões do Brasil e, comprovadamente por séries estatísticas de dados do PIM, que historicamente, há 50 anos, a participação percentual da massa salarial operária no faturamento das empresas incentivadas, não ultrapassa a 5% do faturamento bruto do Polo.

Outro fator que tem deixado os economistas do CEA com restrições às apresentações dos candidatos as eleições complementares 2017, é a importância que desperta nas coligações partidárias nesse pleito, haja vista, que a tratam como a construção de uma plataforma de lançamento de futura candidatura para 2018 e além de sequenciamento no poder da gestão pública do Amazonas.

Tanto que no breve tempo de campanha não se tratou de outra bandeira que não seja da reconstrução, ou do refazimento, ou de outra forma, tudo que foi construído anteriormente tenha sido destruído por governos que os sucederam, não se tratou de nenhum plano estratégico para desenvolver as sub-regiões do estado que se encontram em estagnação econômica há muito tempo. Causando espécie naqueles pesquisadores do CEA, como se nenhum desses potenciais candidatos já não tivesse governado o estado e o Município de Manaus.

Por isso que no CEA se discute que se tem que evoluir cada vez mais para o como fazer, para os mecanismos de gestão pública correspondentes, para a descoberta das brechas que existem no sistema econômico e de gestão pública, no sentido da sua transformação para as decisões voltadas a eficiência. Assim, nada irá parar em determinado momento para passar a funcionar de modo que se quer resgatar na governança da gestão pública.

Cabe a sociedade e aos especialistas introduzir, ou reforçar, as tendências de mudança que são necessárias.

Para os economistas do CEA, quaisquer governantes que assumam a governança da gestão pública do Amazonas passem a assumir o compromisso como o desenvolvimento econômico regional, estabelecendo objetivos e metas, por adoção de Planejamento Econômico Estratégico (PEE) com processos e decisões endógenas, com estabelecimento de Políticas Públicas específicas ou setoriais, no qual a Política dos Incentivos Fiscais e Extras-fiscais do ICMS seja um norteador de sustentação econômica das atividades das indústrias do PIM e na abertura de agenda executiva de governo para atração de investimento estrangeiros diretos produtivos, nos processos de desenvolvimento econômico endógeno.

O que mais se discute como reflexão principal, é a inadequação dos processos decisórios nas diversas tendências críticas que se tem que enfrentar na busca objetiva dessa eficiência, de forma que a gestão pública, pelo menos evite o desastre comum, como algo normal nessa forma descompromissada de governar.

**(\*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário:  
nilsonpimentel@uol.com.br.**